

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE TURISMO

**ÉLLYDA KLEYTIAN DA SILVA NASCIMENTO**

**A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DO LUGAR DE MEMÓRIA DOS  
VELHOS DE SÃO LUÍS: UMA PERSPECTIVA ORAL**

São Luís  
2008

**ÉLLYDA KLEYTIAN DA SILVA NASCIMENTO**

**A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DO LUGAR DE MEMÓRIA DOS  
VELHOS DE SÃO LUÍS: UMA PERSPECTIVA ORAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Kláutenys Cutrim

São Luís  
2008

**ÉLLYDA KLEYTIAN DA SILVA NASCIMENTO**

**A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DO LUGAR DE MEMÓRIA DOS  
VELHOS DE SÃO LUÍS: UMA PERSPECTIVA ORAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo  
da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau  
de Bacharel em Turismo.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Kláutenys Cutrim  
Universidade Federal do Maranhão

---

1º examinador

---

2º examinador

São Luís, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008

*Aos entrevistados que, com a  
composição de suas memórias,  
contribuíram para a concretização  
deste trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, sempre, por tudo que me tem concedido.

A meus pais, Carmenilde da Silva Nascimento e Audálio Barbosa do Nascimento, “por todo amor que houver nessa vida”. A vocês, meu carinho e eterna admiração.

A meu irmão, Kelson Diego da Silva Nascimento, estímulo constante na realização deste sonho, por ser um exemplo de determinação.

A Marlon Reis, cúmplice em minhas angústias e incertezas, pela participação e cuidado, por torcer e vibrar pelas minhas conquistas.

À minha orientadora, Professora Mestre Kláutenys Cutrim, pela sapiência.

À minha querida amiga, Maiâna Maia, a quem, em verdade, não sei como e o quanto agradecer pela amizade (e disponibilidade) nos momentos acadêmicos e pessoais mais difíceis dessa caminhada. E claro, pelas “trocas de figurinhas” tão orientadoras no início deste projeto.

Aos professores da Universidade Federal do Maranhão, pela experiência compartilhada e multiplicada.

A todos os participantes desta pesquisa, que através de seus testemunhos tornaram possível a realização deste trabalho.

Aos demais amigos, fiéis companheiros de longas jornadas, que, mesmo quando estão longe, estão perto.

*Desejo que você, sendo jovem, não amadureça depressa demais, e que, sendo maduro, não insista em rejuvenescer; e que sendo velho, não se dedique ao desespero. Porque cada idade tem o seu prazer e a sua dor e é preciso que eles escorram entre nós.  
(Victor Hugo, 1802-1885)*

## **RESUMO**

Pesquisa monográfica intitulada “A construção do patrimônio através do lugar de memória dos velhos de São Luís: uma perspectiva oral” que se propõe a identificar e analisar o lugar de memória dos velhos de São Luís. O trabalho intenta, em sentido amplo, comparar estes lugares com os espaços oficialmente estabelecidos como representativos do patrimônio da cidade. A abordagem do tema segue a metodologia da História Oral, mas conta também com um recurso fundamental em qualquer pesquisa científica, qual seja a investigação documental, o que permite aprofundar o problema contextualizando-o em uma abordagem dialética. Observa-se como a ritualização da memória busca um espaço físico como suporte para sua própria formação. Desta forma, intenta cooperar com o desenvolvimento da pesquisa científica maranhense.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Velho. São Luís. História Oral.

#### **ABSTRACT**

Monographic research intitled "the construction of the patrimony through the place of memory of the old ones of São Luís: a verbal perspective "that if considers to identify

and to analyze the place of memory of the old ones of São Luís. The attentive work, in ample direction, to compare these places with the spaces officially established as representative of the patrimony of the city. The boarding of the subject follows the methodology of Verbal History, but it also counts on a basic resource in any scientific research, which is the documentary inquiry, what it allows to deepen the problem contextualizando it in a boarding dialectic. It is observed as the ritualização of the memory searches a space physical as support for its proper formation. Of this form, it intends to cooperate with the development of the scientific research maranhense.

Key words: Memory. Patrimony. Old. São Luís. Verbal History

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Centro de Atenção à Saúde do Idoso .....	28
Figura 2 – Atividade Cultural do CAISI .....	29
Figura 3 – Comemoração Natalina do CAISI.....	
30	

## **LISTA DE SIGLAS**

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
NPDTUR – Núcleo de Pesquisa e Documentação em Turismo  
ONU – Organização das Nações Unidas  
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão  
UFMA – Universidade Federal do Maranhão  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
--------------------	----

2.	<b>PERSPECTIVA TEÓRICA: COMPREENDENDO A HISTÓRIA ORAL</b> .....	15
3.	<b>A VELHICE: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b> .....	20
3.1	O ENVELHECIMENTO HUMANO COMO FENÔMENO MUNDIAL.....	23
3.2	OS ESTUDOS ATUAIS SOBRE VELHOS.....	25
3.3	O CENTRO DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS IDOSOS – CAISI.....	28
4.	<b>MEMÓRIA: FORMAÇÃO IDENTITÁRIA E JOGO DE PODER</b> .....	31
4.1	A RITUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA: OS LUGARES DE MEMÓRIA.....	34
5.	<b>A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO</b> .....	37
5.1	AMPLIAÇÃO CONCEITUAL.....	38
5.2	O CASO DE SÃO LUÍS.....	39
6.	<b>OS SUJEITOS DE MEMÓRIA: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS</b> .....	42
7.	<b>CONCLUSÃO</b> .....	56
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	58
	<b>Apêndice A – Modelo de Entrevista/ Roteiro de Interação</b> .....	62
	<b>Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	64
	<b>Anexo A – Fotomontagem das Entrevistas</b> .....	66

## 1. INTRODUÇÃO

A partir das discussões do Grupo de Estudos em Patrimônio Cultural, vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Documentação em Turismo NPDTUR da Universidade Federal do Maranhão, pôde-se observar a não necessária relação entre o local de memória dos indivíduos e aqueles espaços consagrados pela dita “história oficial”.

Com o aprofundamento dos debates do grupo passou-se a questionar a legitimidade desses lugares. Tal inquietação leva então, à elaboração de um projeto de pesquisa contemplando não apenas a definição de ambos os espaços, mas também o estabelecimento de uma relação dialética entre estes, perpassando pelos conceitos de memória, patrimônio e história<sup>1</sup>. Para tanto, optou-se pela história oral enquanto método de abordagem.

A recorrência a relatos orais para o estudo das mais diversas ciências foi historicamente utilizada por vários autores e de diferentes maneiras. No século XVIII, tem-se como exemplo Michelet que fez uma pesquisa para saber a opinião dos franceses sobre a revolução que ocorria naquele país. A opção de enveredar por este caminho metodológico da chamada história oral reside no fato de ela permitir uma releitura do patrimônio ludovicense.

O que se busca nesta pesquisa é justamente conhecer através das entrevistas realizadas, as impressões de memória dos indivíduos. Portanto, pensa-se que este projeto deva constituir-se num estudo no qual o binômio história-memória de cidadãos comuns seja realçado enquanto categoria básica para o estabelecimento de determinados lugares como relevantes para simbolizar o patrimônio de uma cidade.

Nessa perspectiva, é possível ainda fazer uma reflexão acerca das contradições que as relações sociais assumem no uso do patrimônio, o que resulta em interações bastante complexas entre o Estado, o setor privado e os diferentes grupos de uma dada localidade.

O espaço urbano enquanto lugar simbólico implicado na memória coletiva, nos valores dos indivíduos e até mesmo na economia local indica uma possibilidade

---

<sup>1</sup> Tais temáticas são objeto de importantes trabalhos em São Luís, a exemplo da Coletânea Memória de Velhos (vide referência).

de articulação entre a política dos lugares e o consumo dos lugares de memória, sua produção, uso e apropriação por grupos sociais.

Dessa maneira, surge uma leva de estudiosos que vêem o interesse de se preservar o patrimônio cultural ligado, apenas, ao fator político-econômico, sobretudo voltado à indústria do turismo. Tais teóricos partem da idéia de que o mercado após constatar que o turista volta sua atenção para o lado visual dos lugares, para o pitoresco, atua no sentido de ser ele mesmo o elemento de ligação entre o lugar imaginado e o lugar real.

Essa relação existente entre cultura e turismo é visivelmente notada quando o turismo se apropria dos espaços e manifestações culturais. Entretanto, não se pode pensar apenas no turismo como uma atividade que exerça um papel de modificadora do patrimônio, interferindo e descaracterizando os aspectos culturais das localidades. Pode-se concluir, também, que o turismo converte-se numa oportunidade para o desenvolvimento econômico da região turística.

No relacionamento entre o patrimônio e o turismo é necessário que se estabeleçam regras entre ambos numa perspectiva de rentabilização econômica e de desenvolvimento social. Essa ligação está claramente expressa nos processos de intervenção em centros históricos desenvolvidos no Brasil nas últimas décadas.

Esta releitura das cidades coloca em foco questões delicadas sobre até que ponto estas intervenções contribuem para a manutenção dos espaços e da cultura local, ou ainda, qual seria o limite entre o real e o autêntico.

Todavia, fica-se diante de um grande paradoxo: enquanto a história e a memória oficiais enquadram o passado, delimitando as fronteiras daquilo que é digno de ser lembrado e do que não o é, a sociedade de uma forma geral, o cidadão comum, deseja que novos espaços sejam valorizados, que estes novos espaços pertençam à memória coletiva. E de alguma forma enquandrem-se também.

Não se tem uma literatura específica, voltada para o problema em si, mas a área temática em que se insere dispõe de vasto e diversificado material bibliográfico de qualidade e bastante atualizado. E aqui, pode-se citar Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos de Ecléa Bosi; História e Memória de Le Goff; Usos e Abusos da História Oral de Marietha de Moraes e Janaína Amado; além de clássicos como A Voz do Passado de Paul Thompson.

Assim sendo, este trabalho configura-se numa contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica maranhense ao intentar realizar estudo pioneiro acerca do lugar de memória dos velhos de São Luís. Buscando ainda,

favorecer o registro de memória de indivíduos que durante muito tempo estiveram marginalizados pela historiografia tradicional.

Dar prioridade ao sujeito é dar-lhe os meios para construir sua pessoa, para compreender o mundo em que vive, para se descobrir passo a passo na imagem que os outros lhe dão e no seu próprio olhar. No ato de falar e ouvir, de narrar experiências de vida, de lidar com o tempo como algo mais lúdico, no qual o ontem se perdeu e o hoje se perde na expectativa do amanhã, os indivíduos têm a possibilidade de se humanizarem deixando de ser objetos de uma dada história para se converterem em sujeitos que contam e fazem suas próprias histórias.

A opção de conhecer o lugar de memória de indivíduos comuns através dos informes prestados pelos velhos não significa apenas uma inovação na forma de trabalhar a História ou mesmo a restrição ao uso da fonte escrita, consultadas *a priori*. Pois estas foram o ponto de partida para a compreensão das questões principais da pesquisa. E antes de tudo, para a formulação de tais questões.

Ainda que os defensores da forma mais tradicional de se fazer história questionem a validade do uso de evidências orais e resistam à sua utilização, o desenvolvimento desta pesquisa vem demonstrar o alcance do novo método. A rememoração é o processo no qual o passado penetra na estrutura do presente não como símbolo vago, nostálgico, mas enquanto tempo reconstituído. A continuação estabelecida entre passado, presente e futuro se apresenta como condição imposta pela linearidade do pensamento que se esforça em atribuir às lembranças caráter contínuo.

A fim de mostrar o caminho percorrido durante a realização da pesquisa, dividiu-se o texto em seis capítulos, sendo uma Introdução, do segundo ao quinto relativos aos eixos teóricos que a orientam e por último a análise das entrevistas.

O *segundo capítulo* chamado “Perspectiva Teórica: Compreendendo a História Oral”, enfoca a questão da oralidade dos indivíduos. O assunto é abordado como um construto que reflete a subjetividade de cada sujeito. Partindo desse princípio, tornou-se necessário uma reflexão mais aprofundada sobre a complexa problemática da utilização das fontes orais na pesquisa histórica. Antes de voltar o trabalho apenas para os depoimentos prestados pelos velhos, considera-se válido tomar como ponto de partida uma síntese histórica a respeito da História Oral, a fim de melhor compreendê-la como um recurso metodológico na historiografia.

O *terceiro capítulo*, “A Velhice: Conceitos e Representações”, percorre toda a construção histórica e social da velhice, buscando a compreensão das

particularidades do envelhecimento. Trabalhou-se com o corte etário de 60 anos e mais para ser compatível com a legislação brasileira (Estatuto do Idoso). Estabelecer um critério de demarcação que permitisse distinguir um indivíduo velho de um não-velho pode suscitar objeções do ponto de vista científico, mas fez-se extremamente importante para este trabalho.

O *capítulo seguinte* “Memória: formação identitária e jogo de poder” aborda a memória como um elemento constituinte do sentimento de identidade. Observa-se ainda, como a ritualização da memória busca um espaço físico como suporte para sua própria formação, o que gera o uso da categoria “lugares de memória”.

O *quinto capítulo* “A Construção do Patrimônio” apresenta a legislação patrimonial, a ampliação conceitual do termo patrimônio e discorre acerca do título de Patrimônio Cultural da Humanidade de São Luís. São elencados ainda os questionamentos sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos, afirmando a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor e chamando a atenção para o papel do poder.

Em “Os Sujeitos de Memória: análise das entrevistas”, *sexto capítulo*, são introduzidos os aspectos relacionados à abordagem metodológica, começando com a exposição dos elementos ligados às entrevistas feitas para conhecer as narrativas que forneceram os dados construídos e analisados à luz da fundamentação teórica. Foi utilizada a estratégia da História Oral Temática, uma vez que essa técnica permite um aprofundamento no universo simbólico que perpassa a subjetividade dos participantes, explorando o tema proposto.

Procurou-se desenvolver um trabalho que pudesse contribuir para descortinar a imagem da memória dominante, abrindo perspectiva para a imagem da cidade firmada nas questões vividas, experimentadas no cotidiano.

Além da oportunidade de construir conhecimentos, esta pesquisa constituiu uma verdadeira vivência, feita de encontros, proximidade, empatia e etc. O desejo e satisfação em ter a atenção de alguém fizeram de todos os interlocutores disponíveis e sensíveis aos questionamentos e motivações deste trabalho.

## **2. PERSPECTIVA TEÓRICA: COMPREENDENDO A HISTÓRIA ORAL**

Antes de concentrar o trabalho nos depoimentos prestados pelos velhos, pensa-se válido tomar como ponto de partida uma síntese histórica a respeito da adoção da História Oral como recurso metodológico na Historiografia.

Acredita-se que desde os tempos primitivos as fontes orais constituem um precioso método para a transmissão das experiências sociais ou mesmo de divulgação do conhecimento adquirido, estando na base da mais antiga e da mais recente forma de fazer história.

Imaginemos a situação a seguir:

Um comandante de exército, suponhamos, acaba de obter uma vitória. Imediatamente, começa, de punho próprio, a escrever seu relato. Concebeu o plano de batalha. Dirigiu - a. Graças à medíocre extensão do terreno [(pois, decididos a colocar todos os ornatos em nosso jogo, imaginamos um confronto dos tempos antigos, concentrado num espaço pequeno)], ele pôde ver a refrega quase toda se desenvolver sob seus olhos. Entretanto, não duvidemos: sobre mais de um episódio essencial, lhe será forçoso referir-se aos relatórios de seus tenentes. Para coordenar a cada momento os movimentos de suas tropas nas vicissitudes do combate, de que informações terá melhor se servido: das imagens mais ou menos confusamente entrevistadas através de seu binóculo ou dos relatos que traziam, rédeas soltas, estafetas ou ajudantes de campo? (BLOCH, 2001, p. 69)

Com esta pergunta simples, mas inquietante, Marc Bloch levanta dúvidas sobre que tipo de fonte pode render mais ao trabalho do historiador. Para uma boa parte da comunidade intelectual parece pouco provável que o passado tivesse sido recomposto como o foi, não no sentido de resgate, mas de registro posterior, sobretudo o relativo à Antiguidade Clássica se as informações orais não houvessem sido utilizadas como fonte básica de compreensão.

A reflexão sobre a complexa problemática da utilização de fontes orais na pesquisa histórica tem provocado debates em diferentes âmbitos acadêmicos. Seus aspectos de ordem técnica e metodológica ainda são bastante polêmicos, pois ao mesmo tempo em que se faz importante “resgatar” a subjetividade do indivíduo, convém não confundi-la com os fatos objetivos.

Entretanto, a consolidação das ciências no mundo contemporâneo tentou apagar as marcas deixadas pela tradição oral, pois esta não era considerada científica, uma vez que não se apresentava através de documentos, considerados imprescindíveis à elaboração dos trabalhos históricos.

Com a expansão da escrita houve alterações significativas no âmbito sócio-cultural, fazendo com que o pensamento do homem mudasse completamente o seu eixo: o conhecimento popular foi perdendo espaço para a cultura letrada; o que era transmitido oralmente e de domínio da memória coletiva passou a ser registrado pela escrita, tornando-se desse modo, restrito a um segmento social privilegiado.

O século XIX vê emergir a profissão acadêmica do historiador e com ela a tradição documental, que se torna o método fundamental para o exercício do ofício do historiador. Mas o que teria levado a essa mudança? Quais foram os estágios pelos quais a história oral perdeu sua preeminência original? O que levou o método documental ao seu apogeu restritivo?

Parte da resposta a essas questões encontra-se na mudança da posição social do historiador. Para muitos teóricos, o método documental oferecia três vantagens para esse “novo” profissional: uma *espécie de proteção social*, para aqueles que não suportavam a idéia de verem-se misturados às baixas camadas da pirâmide social, à medida que somente ficariam voltados para seus gabinetes, arquivos, etc. sem contato com o restante do mundo; a *facilidade para atestar a capacidade dos novos acadêmicos*, que agora podiam escrever uma monografia baseada em documentos “originais”; e, por *estudar uma disciplina que possuía um método próprio*, uma especialidade metodológica, diferente do uso da evidência oral.

E durante muito tempo continuou assim: a história sendo vista como um saber absoluto, totalizante, que poderia englobar todas as dimensões do processo histórico. Acreditava-se que a única fonte capaz de gerar um conhecimento confiável seria a documentação escrita. Alguns estudiosos chegavam a ser categóricos, afirmando que “*não há história sem documentos*” (SAMARAN, 1999 Apud LE GOFF, 2003, p. 93) ou que “*se os fatos não foram registrados documento, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se*” (FEBVRE, 2001 Apud LE GOFF, 2003, p. 274, grifo da autora).

Essa história factual, centrada no estudo dos grandes eventos e personalidades foi muito forte até a primeira metade do século XX. Hoje, pensa-se que não é exatamente a forma de fazer a pesquisa que fez a ciência. Pois, uma sociedade que pretende valorizar o saber científico não deve ignorar as formas de pesquisa. Portanto, convém ainda ressaltar que a ciência histórica, enquanto conhecimento que se ocupa de fatos tão complexos quanto os empreendidos pelos humanos, deve buscar sempre tantas fontes quanto forem possíveis.

À luz da teoria sistêmica tenta-se, atualmente, articular a combinação das mais diversas ferramentas metodológicas e conceituais, chegando-se à conclusão de que as diferentes disciplinas científicas não são independentes entre si. Assim os documentos deixam de ser apenas os produzidos dentro dos padrões oficiais, ampliando-se as fontes que resgatam novos agentes a serem considerados. Passa-se agora, para uma espécie de consenso de que a história não deve mais ter a pretensão de estabelecer fatos como realmente aconteceram. Portanto, apesar da fragilidade da memória ser apontada como principal problema teórico e prático do trabalho com fontes orais, a questão da limitação não é exclusividade da história oral.

Certamente que a história faz-se através de documentos escritos, mas não deve limitar-se somente a este recurso, uma vez que eles também são parciais, pois são frutos das restrições ideológicas de quem os elabora.

Mas, o que levou o uso da evidência oral a figurar novamente como possibilidade de fonte histórica? Muito se deve ao reconhecimento da participação das maiorias silenciosas, dos fracos, dos vencidos, dos marginalizados na construção da história social. É quase que impossível dissociar um fato do outro, de tão importante que o são mutuamente.

O que se convencionou chamar "Nova História" (em francês, "Nouvelle Histoire") habilmente optou pela observação detalhada e metódica de um conjunto de aparentes banalidades, como a observação do cotidiano de uma época, de uma localidade, de um "personagem", seu sistema de valores, sua crença, suas atividades.

Com a consolidação da Nouvelle Histoire passou-se à adoção de um conceito diferenciado, no qual personagens históricos podem ser tanto as grandes figuras, quanto os sujeitos comuns, onde o que é retratado pode ser os feitos extraordinários dos primeiros, mas também o cotidiano destes últimos.

As primeiras experiências com fontes orais foram vistas na América do Norte, essencialmente nos Estados Unidos nos idos de 1948, quando entrevistas eram realizadas à princípio como contribuição à criminologia, onde buscava-se colher informações sobre a vida, de maneira geral, de criminosos ou mesmo na busca de suas confissões. Depois passaram a ser realizadas com velhos no intuito de registrar memórias sobre determinados temas.

Essa expansão do uso da história oral ganha terreno na Europa a partir da década de 1970, especialmente no Departamento de Sociologia da recém-fundada

Universidade de Essex, na Grã-Bretanha. A partir desse período, o estudioso Paul Thompson passou a se destacar como um dos defensores da nova metodologia adotada. Nessa ocasião, ao estudar uma época recente da história social inglesa, sem documentação nos arquivos e com uma literatura insuficiente, descobriu a riqueza da memória dos sujeitos anônimos.

Paul Thompson diferencia a história oficial da oralidade ressaltando a importância desta, no âmbito sócio-cultural.

A evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudarem os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador; uma forma erudita de ficção. (THOMPSON, 1992, p. 137)

A obra *A Voz do Passado – História Oral*<sup>2</sup>, de Thompson teve sua primeira edição em 1978 e é, hoje, considerada um clássico por sua contribuição ao método e teoria da história oral. Thompson mostra como a reflexão sobre o passado pessoal e a aceitação de mudanças podem ser essenciais para a preservação da auto-identidade diante das transformações características do ciclo vital. Para ele, a reminiscência contribui para o envelhecimento na medida em que o velho encontra espaço para individualmente ou em grupo refletir sobre sua vida com a intenção de reorganizar e reintegrar aquilo que o está preocupando, e também para exprimir seus sentimentos.

Até o começo da década de 1990 a metodologia da história oral era pouco explorada no Brasil, apesar já existirem àquela época relevantes trabalhos utilizando esse método de pesquisa, a exemplo do pioneiro programa da história oral brasileira, realizado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Existem três modalidades de história oral: a história oral de vida, que se interessa pelo relato do conjunto da experiência de vida de uma pessoa; a tradição oral, que trabalha com narrativas sobre aspectos que ficaram estabelecidos na sociedade através da transmissão geracional; e a história oral temática, na qual um assunto ou tema é previamente estabelecido. Esta pesquisa está inserida na última modalidade, por preocupar-se com um tema específico: o lugar de memória dos velhos de São Luís.

---

<sup>2</sup> THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Nas diferentes áreas do conhecimento acadêmico a história oral temática é a que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais de apresentação dos trabalhos analíticos. Nela o grau de atuação do entrevistador como condutor da pesquisa fica muito mais explícito.

O uso de fontes orais, entendido como metodologia de pesquisa, depende de métodos próprios e específicos na produção e análise das narrativas obtidas, de uma relação constante entre pesquisador e colaborador/entrevistado, que estão, constantemente, invertendo papéis. A entrevista representa uma espécie de “jogo”, no qual o desafio está presente, o tempo todo, nas falas, nos gestos e silêncios dos entrevistados. Assim o trabalho de análise vai sendo feito, representando uma possibilidade se descortinar a cidade para além das expectativas oficiais, individualizando e particularizando sujeitos e relações na vivência urbana.

No próximo capítulo são brevemente apresentadas as concepções, representações e tratamentos dispensados à velhice. Tal conhecimento se faz importante para este estudo uma vez que se entende que estas concepções são construídas através do tempo, têm uma história, trazem marcas de outras sociedades e estão em constante modificação. Acreditou-se relevante também, destacar o fenômeno do envelhecimento humano e em seguida discutir alguns estudos que vêm sendo realizados sobre os velhos e a categoria velhice, além dos principais desafios dessas reflexões.

### **3. A VELHICE: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Como a sociedade define o velho e a velhice? E que espécie de flexibilidade pode haver nesses conceitos frente a tantas maneiras de perceber e classificar o processo de envelhecimento?

A idéia geral do que vem a ser o “velho” passou por uma série de modificações ao longo das últimas décadas. A sociedade tem reformulado seus conceitos sobre os velhos e a velhice fazendo surgir novos termos e diferentes concepções.

Os modos de representação e as categorias de classificação para população de velhos passaram, ao longo do tempo, por uma série de modificações. Até o início da década de 1960 o termo mais usado era exatamente este: “*velho*”. Sendo utilizado de maneira geral, não possuindo necessariamente um caráter pejorativo. O emprego se distinguia pela entonação ou contexto em que era utilizado.

Já no final da referida década o Brasil passa a sofrer maiores influências da Europa, sobretudo da França, a respeito da imagem da velhice. Até o século XIX, a velhice, no contexto francês, estava intrinsecamente ligada a noções como degenerescência e invalidez. Após esse período o velho na França deixa de receber apenas denominações de caráter estigmatizante e passa a ter um tratamento social diferente, fazendo surgir termos como “terceira-idade” (“*troisième âge*” / vocábulo adotado logo após a implantação das políticas para a velhice na França), expressão que, no Brasil, ganhou um significado genérico, referindo-se ao conjunto total de idosos, o que tem levado à homogeneização desse grupo populacional.

As tentativas de homogeneização das representações da velhice são motivos de preocupação para muitos estudiosos. É consenso entre os teóricos que uma série de transformações está ocorrendo na velhice e no processo de envelhecimento. Compreender essas experiências contemporâneas exige uma maior atenção à heterogeneidade dos sujeitos que a categoria da velhice engloba.

Embora o aspecto biológico seja central para entender e explicar em parte o processo de envelhecimento é imperativo que seja respeitada a especificidade do ser velho como ser pleno. Centrar o processo de envelhecimento apenas na ampliação da idade cronológica leva a uma compreensão superficial sobre o assunto. Assim como o sexo, a cor e a classe social, a idade é um dos mais importantes fatores de diferenciação social e uma característica essencial da vida sócio-cultural de qualquer sociedade, variando entre populações a percepção sobre o envelhecimento e o valor do velho. Portanto, é um equívoco assumir que a idade cronológica seja um critério universal ou um parâmetro único e intertemporal de classificação.

Um elemento importante nos discursos e na construção da imagem da velhice brasileira, diz respeito ao papel do Estado<sup>2</sup>. Atualmente, a preocupação com os aspectos sócio-culturais do envelhecimento tem sido enfatizada nas diversas áreas de conhecimento e de intervenção, na fala dos atores sociais e na agenda política nacional. Essas representações inspiram programas, projetos e as políticas sociais, ao mesmo tempo em que refletem as dificuldades encontradas na prática cotidiana.

Ana Amélia Camarano (1999), pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, revela que:

É comum que a distribuição de recursos públicos dependa de alguma forma de alocação a grupos específicos, o que implica distinguir indivíduos. Quando essa distinção é feita a partir de critérios impessoais, como exigem, por exemplo, a maioria das leis, é necessária a existência de algum tipo de característica universal observável entre os indivíduos que permita classificá-los como pertencentes ou não a uma determinada categoria. As políticas orientadas para idosos evidentemente dependem de um ou mais marcos que caracterizem o idoso para definir quem pode ou não beneficiar-se delas. (CAMARANO, 1999, p. 12)

Quando esses formuladores de políticas estabelecem uma idade específica como fronteira, procedem como se houvesse homogeneidade na definição de um velho entre grupos sociais diferentes.

A inexistência de marcos biofisiológicos eficazes e confiáveis do processo de envelhecimento justifica a dificuldade em se definir a idade biológica. A demarcação entre a idade adulta e o envelhecimento, é fixada de maneira arbitrária, mas de certa forma, necessária, mais por esses fatores socioeconômicos e legais do que propriamente biológicos.

Assim, o problema de classificação torna-se aparentemente simples, demandando apenas que se estabeleça a idade-limite que separa a velhice da não-velhice para separar os velhos dos não-velhos. A questão, no entanto, vai além da complexa demarcação de idades-limite biológicas e da homogeneização entre indivíduos. Há que se pensar também qual a finalidade social do conceito de “velho”.

A definição do que vem a ser “velho” é, certamente, um juízo de valor. Os valores que referendam esse juízo dependem de características específicas das

---

<sup>2</sup> Faz-se importante frisar que a ausência de um Estado capaz de dar resposta aos problemas básicos da maioria da população relativos ao bem-estar social somado ao processo de modernização e declínio da família extensa, deixa os velhos brasileiros em situação de vulnerabilidade.

sociedades onde os indivíduos vivem, logo a definição de velho não diz respeito a um indivíduo isolado, mas à sociedade em que ele se insere.

Na mídia, por exemplo, é possível encontrar representações do velho que enfatizam o desgaste, as doenças, as rugas, a aparência de fragilidade, os movimentos lentos, enfim, um conjunto de representações (ou características) estereotipadas de comportamento.

Entretanto, o avanço dos conhecimentos gerados pelas pesquisas sobre a velhice trouxe outras concepções que apontaram para a possibilidade de uma velhice saudável, ativa apontando para a idéia de continuidade de participação na vida econômica, social e política. Contudo, em determinados momentos este tipo de discurso enfatiza com certo exagero as chances de se experimentar ganhos e se viver uma velhice “bem-sucedida”.

Não há como negar os progressos científicos e sanitários nos cuidados à saúde, que redundam em mais anos de vida, contudo, estudos generalistas levam a representações que tendem a não considerar e avaliar corretamente o equilíbrio existente entre as possibilidades reais e os limites na velhice.

O processo de envelhecimento é inexorável aos indivíduos e depende da representação que a sociedade possui, do velho e da velhice. Somente após o conhecimento dessas representações sociais pode-se trabalhar mudanças, pela reflexão das mesmas e suas conseqüências na produção de comportamentos.

Baseada na definição clássica apresentada por Jodelet em 1985, Mary Jane Spink caracteriza as representações sociais como sendo:

Modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. São, conseqüentemente, formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias —, mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. (SPINK, 1993, p.08 )

Dessa maneira, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo entendidos a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser analisados considerando seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.

Em suma, o debate em relação ao ser velho se desenvolveu em torno desses dois modelos antagônicos de representação apresentados: de um lado, a imagem

estereotipada da velhice como um tempo de doenças, dependência e passividade, legitimando a visão da velhice como problema social, e do outro lado, a idéia geral do velho como um ser ativo, alimentando o discurso daqueles que vêem a velhice apenas como um segmento do mercado de consumo. Em realidade, este debate é bastante atual, pois retrata realidades que coexistem até hoje.

Na Constituição Federal de 1988, a vigente no país, a velhice está registrada no artigo 230, que afirma ter o Estado, a família e a sociedade o dever de amparar o cidadão em processo de envelhecimento. O Estatuto do Idoso, depois de algum tempo tramitando no Congresso Nacional, foi sancionado em 2003 numa tentativa de reforçar os direitos dos velhos.

Costuma-se, hoje, dizer que a idade determinante da velhice é 65 anos, quando se encerra a fase economicamente ativa da pessoa e começa a aposentadoria, salvo para determinadas profissões. Contudo a Organização Mundial da Saúde, através de estudo e levantamento estatístico mundial elevou essa idade para 75 anos, devido ao aumento progressivo da longevidade e da expectativa de vida.

### 3.1 O ENVELHECIMENTO HUMANO COMO FENÔMENO MUNDIAL

O envelhecimento populacional significa um crescimento mais elevado da população de velhos em relação aos demais grupos etários. Na linguagem da demografia, por envelhecimento populacional entende-se o crescimento da população considerada velha em uma dimensão tal que, de forma sustentada, amplia a sua participação relativa no total da população.

Antes considerado como um país eminentemente jovem, ou de jovens, o Brasil apresentou até 1970 uma constância na estrutura de sua população de 0 a 15 anos, de adultos entre 15 e 64 e de velhos de 65 e mais. A partir dos anos 80, o processo de transição demográfica com aumento da população de velhos se intensificou, provocando uma alteração na pirâmide etária brasileira, em consequência da queda dos níveis de fecundidade e de mortalidade.

Essa mudança da pirâmide etária, no que se refere ao Brasil, está representada nos dados demográficos expressos nas tabelas abaixo:

		1991					
		População residente de 60 anos ou mais de idade					
Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente total	Total		Grupos de idade (%)			
		Absoluto	Relativo	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 ou mais
Brasil	146 825 475	10 722 705	7,3	2,5	1,9	1,3	1,6
Norte	10 030 556	463 957	4,6	1,6	1,2	0,8	1,0
Nordeste	42 497 540	3 087 586	7,3	2,2	1,9	1,3	1,8
<b>Maranhão</b>	<b>4 930 253</b>	<b>298 553</b>	<b>6,1</b>	<b>1,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>
Sudeste	62 740 401	4 984 058	7,9	2,8	2,1	1,4	1,7
Sul	22 129 377	1 699 531	7,7	2,7	2,0	1,4	1,6
Centro-Oeste	9 427 601	487 573	5,2	1,9	1,4	0,9	1,0

Tabela 1 - População residente, total e de 60 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1991/2000.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

		2000					
		População residente de 60 anos ou mais de idade					
Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente total	Total		Grupos de idade (%)			
		Absoluto	Relativo	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 ou mais
Brasil	169 799 170	14 536 029	8,6	2,7	2,1	1,6	2,1
Norte	10 030 556	707 071	5,5	1,8	1,4	1,0	1,3
Nordeste	47 741 711	4 020 857	8,4	2,6	1,9	1,6	2,4
<b>Maranhão</b>	<b>5 651 475</b>	<b>405 914</b>	<b>7,2</b>	<b>2,3</b>	<b>1,8</b>	<b>1,2</b>	<b>1,9</b>
Sudeste	72 412 411	6 732 888	9,3	2,9	2,3	1,8	2,2
Sul	25 107 616	2 305 348	9,2	3,0	2,3	1,7	2,1
Centro-Oeste	11 636 728	769 865	6,6	2,3	1,7	1,2	1,4

Tabela 2 - População residente, total e de 60 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1991/2000.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O aumento da longevidade tem provocado grandes mudanças no curso de vida das pessoas, redefinindo relações de gênero, arranjos e responsabilidades familiares e alterando também o perfil das políticas públicas. Enfim, o envelhecimento da população tem ocasionado sérios impactos sobre o Estado, a sociedade e a família.

Em 2020, projeções da ONU prevêm que se terá um acréscimo de 14,2 milhões de pessoas com mais de 60 anos em relação a 2000, perfazendo 13,1% da população total. Além disso, a proporção da população mais velha, ou seja, a de 80 anos e mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, isto é, a população considerada velha também está envelhecendo. Esse prolongamento da longevidade suscita vários questionamentos a cerca de como tem sido estudado e compreendido o fenômeno do envelhecimento humano.

As ciências se sentem desafiadas no seu papel de buscar uma compreensão para essa transformação, bem como de fornecer instrumental para avaliar o seu impacto nas condições de vida, nas políticas públicas etc.

### 3.2 OS ESTUDOS ATUAIS SOBRE VELHOS

As discussões das questões relacionadas à velhice e ao envelhecimento tornaram-se mais complexas e passaram a ocupar um espaço cada vez maior entre os temas que preocupam a sociedade em geral. Muitos dos estudos realizados partem do pressuposto de que a vida é dividida em ciclos ou fases “universais”, a saber: infância, adolescência, maturidade e velhice, cabendo a cada uma um conjunto de características que lhe seriam próprias. Com o avanço das investigações chegou-se a uma conclusão que permeia a imensa maioria dos estudos: o envelhecimento é um fenômeno essencialmente heterogêneo.

Pensar o processo de envelhecimento, suas características e conseqüências, torna-se então premente, em virtude dos desafios postos. Estudá-los sob diferentes perspectivas, apresenta grande relevância.

O interesse pelo estudo da velhice no final do século XX surge pela constatação de que o envelhecimento populacional, como já mencionado, é um fenômeno mundial. Atualmente, nos países desenvolvidos, oito em cada dez pessoas ultrapassam o 65º aniversário. No Brasil, isto ocorre entre seis de cada dez homens e sete de cada dez mulheres. A estimativa do Fundo das Nações Unidas para a População – FNUAP é que:

Em 2050, a expectativa de vida nos países desenvolvidos será de 87,5 anos para homens e 92,5 para mulheres (contra 70,6 e 78,4 anos em 2008). Já nos países em desenvolvimento, será de 82 anos homens e 86 para mulheres, ou seja, 21 anos a mais do que hoje, que é de 62,1 e 65,2. (IBGE, 2000)<sup>34</sup>.

Ainda assim, de acordo com Camarano (1999), as reflexões sobre o envelhecimento populacional, sobretudo, nos países em desenvolvimento são incipientes e se concentram mais nos aspectos ligados às condições de saúde,

<sup>34</sup> Para mais informações ver o sítio [http://www1.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/idoso\\_no\\_mundo.html](http://www1.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/idoso_no_mundo.html) , acessado em 19-03-2007.

aposentadoria e arranjos familiares. Dentre os pesquisadores brasileiros, em especial, essa preocupação é relativamente recente.

Em 2002, Lucila Goldstein apresentou no I Congresso de Geriatria e Gerontologia do Mercosul um estudo intitulado “A produção científica brasileira na área da gerontologia” no qual ela faz um levantamento dos trabalhos científicos realizados na área da velhice. O acervo documental pesquisado foi o conjunto de dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre docência defendidas entre os anos de 1975 a 2002, nas principais universidades brasileiras, ao todo 511 trabalhos em áreas diversas do conhecimento.

Goldstein fornece importantes elementos para a análise de como as diferentes concepções de velhice podem se articular com questões mais gerais. A perspectiva metodológica proposta pela autora está orientada para a apreensão dos fenômenos a serem investigados em sua relação com a multiplicidade de seus aspectos.

A evidência que a categoria da velhice passa a ter, a partir da década de 1930, é atribuída também à criação de espaços de congregação especialmente para velhos, como os centros de convivência, as universidades abertas para a terceira idade, e etc.

Com o aumento de estudos sobre o envelhecimento, sobretudo os que comparam culturas diferentes, chega-se a constatação que existe uma grande diversidade de formas de envelhecer. A velhice e o envelhecimento passaram a ser entendidos como fenômenos profundamente influenciados pela cultura, que não pode ser pensados fora das significações sociais e do contexto histórico em que se desenvolvem. Nesse sentido, a contribuição da Antropologia e a da Sociologia tem sido muito importante, sobretudo no que se refere à construção de um novo quadro conceitual e metodológico.

Em relação a esses trabalhos mencionados é importante ressaltar duas dimensões com as quais um pesquisador comumente se depara: primeiro, a dificuldade de definição de velho, que pode levar em consideração grandes variações culturais (processos biológicos, aparência física, eventos de desengajamento da vida social, como a aposentadoria, o aparecimento de novos papéis sociais, como o de avós, etc.), segundo o já citado problema da homogeneização dessa população.

Além dessas dimensões, a grande maioria das reflexões sobre envelhecimento parte da premissa de que a partir de determinada idade o indivíduo

consome mais do que produz. Pois do ponto de vista capitalista, as etapas etárias do indivíduo estão ligadas ao fator econômico. Isso tem levado a que se encontre freqüentemente na literatura uma associação entre envelhecimento e dependência. Entretanto, não há nada que assegure que uma pessoa aos 65 anos possa ser considerada inativa ou dependente e uma de 20 anos seja ativa.

Os conceitos de velho e velhice têm de ser pensados na sua multirreferencialidade, uma vez que se apresentam sob diversas formas tendo de ser estudados de acordo com parâmetros de análise interdisciplinares. Entre estes parâmetros tem-se que considerar as questões demográficas, sociológicas, socioculturais, socioeconômicas e psicológicas, para que assim se possa, em certa medida, alterar a produção bibliográfica, no intuito que, cada vez mais, os conhecimentos e perspectivas se integrem, permitindo abordagens mais significativas sobre questões inerentes ao velho e ao processo de envelhecimento populacional.

Dessa maneira, novas terminologias e novos conceitos vêm surgindo para tentar classificar os indivíduos. Já se fala, por exemplo, até em distinção entre terceira e quarta idades, tentativa de ajustar esquemas classificatórios a circunstâncias sociais, culturais, psicológicas e biológicas particulares de sociedades nas quais a expressão terceira idade não é capaz de classificar indivíduos que não são mais enquadrados na idade de trabalho (ou segunda idade), nem tampouco apresentam sinais de senilidade e decrepitude.

Envelhecer e pensar a velhice representa, ainda, para as sociedades contemporâneas um complexo desafio.

### 3.3 O CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO IDOSO - CAISI

No Brasil existe um grande número de instituições, com características e padrões diversos, voltadas para o atendimento da população de velhos de São Luís. Algumas contam com instalações adequadas e equipe multiprofissional com boa formação em cuidados gerontológicos, que proporciona atendimento satisfatório, pois nelas são levadas em conta as condições biológicas, psicológicas e sociais dos indivíduos. Já outras instituições constituem-se em verdadeiros “depósitos de velhos”.

Para o desenvolvimento deste estudo fez-se necessário a escolha de uma instituição que trabalhasse com velhos, a fim de selecionar os depoentes que

contribuiriam com o trabalho. A principal dificuldade encontrada nesta etapa foi a série de imposições das instituições para liberar os dados dos indivíduos assistidos e, sobretudo, os dados da própria instituição.

Por ter sido a instituição que se mostrou mais aberta para a realização deste tipo de pesquisa a escolhida foi o Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso – CAISI.



Figura 1 – Centro de Atenção à Saúde do Idoso - CAISI

O CAISI, que funciona na Rua Salvador Oliveira, quadra N, casa 12, Sítio Leal, no bairro do Filipinho, tem procurado promover a melhoria da qualidade de vida dos velhos de São Luís através de um programa de atenção integrada executado de maneira interdisciplinar por profissionais de diversas áreas.

No Centro são disponibilizados serviços ambulatoriais nas áreas de psicologia, ortopedia, geriatria, endocrinologia, ginecologia e cardiologia, além de atendimento odontológico e de serviço social. Os velhos participam de atividades com terapeutas ocupacionais, recebem orientação de um nutricionista e de um fonoaudiólogo que fazem atendimento de reabilitação da fala e deglutição. São oferecidos, ainda, exames, vacinação e aferição da pressão arterial, entre outros atendimentos. Eles participarão de atividades de esporte e lazer.

O CAISI foi inaugurado no dia 16 de Agosto de 2006. E nesse primeiro ano de funcionamento já foram assistidos mais de três mil idosos (em atividade

contínua). Dentre os atendimentos eventuais somam-se cerca de seis mil procedimentos, como consultas, exames e participações esporádicas nas atividades.

Na pesquisa foi verificada certa ênfase nas atividades sócio-recreativas, posto que muitos dos depoentes mencionaram que durante a fase adulta, não puderam participar de atividades integrativas, tendo apenas agora, na velhice, esta oportunidade proporcionada. As principais atividades mencionadas foram as físicas e artísticas como ioga, alongamento, caminhada, dança e coral. Ressaltaram ainda o fato de que, nestes grupos, podem fazer novas amizades e desfrutar de momentos de lazer.



Figura 2 – Atividade Cultural do CAISI

Informações outras sobre as atividades e memórias, de forma geral, dos entrevistados serão apresentadas no último capítulo, quando da análise das entrevistas.



Figura 3 – Comemoração Natalina do CAISI

#### **4. A MEMÓRIA: FORMAÇÃO IDENTITÁRIA E JOGO DE PODER**

A recém revalorização e difusão da relação entre Memória e História levou muitos estudiosos a refletir sobre o conceito de memória. Neste esforço de pensar

a memória tornou-se fundamental o retorno às idéias de Maurice Halbwachs que, em 1985, publicou uma espécie de “sociologia da memória coletiva”.

Em 1989, o historiador Michael Pollak publicou o trabalho “Memória, Esquecimento, Silêncio” no qual ele tece considerações acerca do pensamento de Halbwachs sobre a memória. O ponto central da obra de Halbwachs constitui-se na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, uma vez que as reflexões e sentimentos, que muitas vezes, os indivíduos atribuem a si mesmo, seriam, na verdade, inspiradas pelo grupo.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimento e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. (POLLACK, 1989, p. 4)

Entende-se, aqui, memória como mecanismo capaz de conservar as experiências humanas, quer sejam elas individuais ou coletivas, boas ou ruins, etc., tendo sua atuação diretamente ligada à formação identitária. Pode-se, em verdade, afirmar que existe uma espécie de ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

Neste trabalho, tomou-se a noção mais abrangente de “identidade”, que é a da imagem que um indivíduo tem de si, para si e para os outros, ou seja, aquela representação que ele adquire e simultaneamente constrói ao longo da vida referente a ele mesmo. Assim chega-se a constatação que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, uma vez que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Nesse sentido, conclui-se que desde o nascimento, as pessoas desenvolvem relações sociais que vão determinando sua socialização e sua identidade. A identidade é construída culturalmente. Um indivíduo é o que é, a partir de referenciais que adquire do meio no qual está inserido. A identidade é a percepção do que se é, o campo no qual o indivíduo se reconhece, a partir do que ele não é, daquilo que não condiz com seus referenciais. E como é um elemento cultural, a identidade não pode ser vista como uma característica natural, mas antes composta

por sistemas de significação e representação, constituindo-se, então, num campo propício a disputas em torno do poder. Relações sociais são por ela determinadas.

Quando se fala em memória, insistem os estudiosos, não se fala em informações que são guardadas intactas, mas fragmentos ou traços que são armazenados e recuperados em forma de memória e que são modificados conforme o contexto em que são recuperados. Cabe ressaltar que “a memória é essencialmente seletiva [...], parcial e interessada” (GARRIDO, 1993, p.25).

De acordo com Le Goff, (2003):

A memória [...] foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 253)

Na história oficial estas práticas de manipulação do saber são comprovadas através de documentos que testemunham as transformações políticas e sociais. Eles evidenciam, na maioria das vezes, uma visão unilateral dos fatos. Por mais que os termos memória e história evoquem uma matéria comum – o passado – são as conceituações opostas as mais difundidas. Em trabalhos recentes, a relação entre história e memória levou vários teóricos a refletir sobre as diferenças e interseções entre as duas.

Marieta Ferreira realça a distinção entre ambas, enfatizando a história como campo profissional institucional que tem princípios e formas de funcionamento, gerando um conhecimento produzido a partir de uma reflexão, de um conjunto de procedimentos e regras. Enquanto a memória seria um processo vivido, conduzido por grupos vivos, portanto, em evolução permanente e susceptível a todas as manipulações.

Um bom exemplo da intensa e visceral relação entre memória e história é a obra cinematográfica *Narradores de Javé* que discute a idéia de memória e sujeito histórico. A temática é aparentemente banal: a tentativa dos habitantes de Javé impedirem que sua comunidade fosse destruída pelas águas após a construção de uma hidrelétrica. Assim os moradores se unem para escrever a “grande história” de Javé.

A partir das andanças de Antônio Biá, o designado (por obrigação)<sup>4</sup> para registrar as lembranças do povo, pode-se perceber como os moradores constroem a partir da oralidade, uma vez que a comunidade é formada basicamente por analfabetos, suas memórias e como se reconhecem como sujeitos da história. Cada um narrando perspectivas diferentes sobre a origem heróica do povoado.

Em verdade, a idéia inicial em recorrer às fontes orais nesta pesquisa decorreu também, além dos motivos estritamente acadêmicos já mencionados na parte introdutória do trabalho, do prazer em assistir Narradores de Javé, filme no qual se pôde perceber nitidamente o alcance e dimensão dos informes dos agentes históricos.

Nas sociedades estruturadas exclusivamente pela comunicação oral, a memória ocupa um lugar privilegiado, sendo a pessoa que lembra a responsável pela transmissão do conhecimento às novas gerações: o saber profissional, as tradições e as histórias do grupo com suas relações e sucessões são narrados por esses homens denominados pelo povo, de “homens-memória”.

Pela mitologia grega *Mnemosine*, filha de Urano (o Céu) e de Gaia (a Terra) é uma força primitiva da natureza e a guardiã da memória. Com Zeus teve nove filhas, entre elas, Clio, a musa da história. Assim, a História seria filha da Memória.

Nos pensamentos do homem da Grécia Antiga, a ciência e o fazer poético eram atribuídos à inspiração das filhas de Mnemosine. As musas inspiradoras das artes da ciência elegiam os poetas e conduziam sua inspiração, uma vez que a poesia tinha função de rememorar os feitos do passado, não de modo individual, mas coletivo.

O pensamento de Aristóteles muda o olhar dos gregos a respeito da memória, porque ele a vê como algo que está incluído no tempo humano: ao invés da rememoração revelar os enigmas da vida, marca a limitação do ser humano. O filósofo atribui à memória apenas a faculdade de guardar o passado e evocá-lo voluntariamente. Através desta idéia, ele dessacraliza a visão que se tinha da memória, perdendo esta sua conotação religiosa para adquirir um aspecto bem humano e, por isso, imperfeito.

Numa via de mão dupla, a história, que levaria ao esquecimento tudo o que não fosse permanentemente rememorado e reproduzido, também é o componente-chave para que esta memória não se perca. A apropriação da memória pela história

---

<sup>4</sup> Antônio Biá é obrigado a aceitar a tarefa por estar em débito com os moradores da cidade. Biá escrevia cartas difamando a todos, simplesmente para impedir que o posto dos Correios onde trabalhava fechasse.

é fundamental para que lugares da memória sejam inseridos dentro da comunidade ou meio social e político nos quais foram criados, verificando como os diferentes agentes históricos se apropriaram e fizeram uso de sua memória.

Mas, quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente e os vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Estes últimos são acontecimentos dos quais a pessoa pode não ter sequer participado, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que se torna quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Além desses acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas*, *personagens*. Sobre as quais também é possível dizer que ou são de fato contemporâneas do indivíduo ou que não pertencem necessariamente ao seu espaço-tempo. E por último, chega-se finalmente aos *lugares*. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu.

#### 4.1 A RITUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA: OS LUGARES DE MEMÓRIA

Nesta análise pôde-se observar a necessidade de ritualização de uma memória e como este processo necessita de um espaço físico como âncora na formação de um tipo de memória exigida na sociedade contemporânea: a coletiva, ainda que não universal, mas que permite ao sujeito ter acesso ao já mencionado processo de identificação.

Notou-se ainda, o apelo que a sociedade, mais especificamente as camadas mais populares, fazem de preservação de sua memória, visto como uma necessidade de reconstituição de si mesma. Fazendo surgir assim a categoria “lugares de memória” como imperativo para a identificação do indivíduo contemporâneo.

A expressão foi cunhada pelo historiador francês Pierre Nora e foi imediatamente apropriada por historiadores e cientistas sociais. Nora certo de que os países e grupos sociais sofreram uma enorme mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado crê que uma das questões

significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, ou seja, o embate entre memória e identidade.

A reflexão de Pierre Nora era oportuna, uma vez que os nomes mais expressivos do cenário intelectual francês àquele momento, final da década de 1970, experimentavam a imperativa urgência de repensar o processo secular de construção da identidade nacional francesa, diante das novas realidades políticas e culturais trazidas pela proposta da União Européia e dos novos desafios da globalização.

Mas o que são os lugares de memória na acepção daquele que formulou essa expressão?

A conceituação apresentada pelo historiador articula a noção de patrimônio como preservador da memória coletiva e um espaço ritualizado, ou seja, espaços materiais que possibilitariam essa proteção.

Os lugares de memória constituem-se numa construção histórica e o interesse em seu estudo vem, exatamente, de seu valor como documentos e “monumentos” reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica.

No mundo pós-moderno, constata-se que é cada vez maior a “necessidade” dos indivíduos de estabelecer lugares de memória, numa tentativa de imortalizar o passado, não o esquecendo.

Assim sendo, necessários para que a memória inscreva-se de fato, em suas dimensões concretas os lugares de memória vão remeter a uma série de lugares entre outros signos de rememoração. Esses “lugares de memória” têm a função de servir como pontos de referência que estruturam a memória, inserindo-a na memória da coletividade à qual pertencemos.

Assim, os lugares passam a ocupar uma posição de destaque na vida cotidiana e na economia da sociedade moderna. O Estado participa ativamente deste movimento de valorização porque cabe a ele, na maioria das vezes, a decisão sobre o que será preservado através das ações de tombamento conduzidas em nível federal, estadual ou municipal.

Considerando esse desejo pela inclusão de seus lugares de memória o cidadão comum, em última instância, revela que o que é eleito como patrimônio deve surgir da demanda da população da cidade. O patrimônio, de uma forma geral,

deve ser um meio de ligá-los ao seu passado e ainda, fazer sentido em seu dia-a-dia.

## **5. A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO**

Falar da história das políticas públicas voltadas para a preservação cultural no Brasil é, em outras palavras, tratar da história da criação e manutenção dos órgãos administrativos destinados a proteger o patrimônio cultural brasileiro.

Na década de 1970 cria-se no Brasil um instituto com o objetivo de valorizar, através da identificação e proteção, o patrimônio do país. Nascia o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - o IPHAN, organismo federal responsável pela proteção do patrimônio material e imaterial brasileiro.

Até essa data a proteção do patrimônio cultural não suscitava maiores dúvidas quanto aos princípios que norteavam a aplicação do único instrumento legal disponível àquele momento: o tombamento. Somente a partir de meados da década de 70 surge com mais contundência indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, partindo de quais valores, em nome de quais interesses e de quais grupos sociais.

Em seguida, foram também criados órgãos estaduais e municipais com o intuito de possibilitar a implementação de cursos direcionados para uma clientela específica (arquitetos, restauradores, conservadores, arqueólogos, museólogos, etc.).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, definiu que o patrimônio cultural brasileiro está dividido em bens de natureza material e imaterial, que os inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação são os principais instrumentos para sua proteção e promoção e ainda, que os danos e ameaças a sua integridade são puníveis por lei. Nela é marcante a intenção do constituinte em fazer notar a importância da proteção do patrimônio cultural nacional, indicando a obrigação do Estado em garantir o pleno exercício dos direitos culturais, bem como, garantir o acesso às fontes da cultura nacional.

Pelo que está disposto no referido artigo pode-se compreender que o poder público levará em consideração o entendimento comunitário do que seja relevante e conveniente para a preservação do patrimônio cultural. Ou seja, o artigo indica que a política de preservação do patrimônio cultural deve ser democrática, participativa e aberta a todos os setores da sociedade que através de mecanismos de proteção terão a sua memória individual protegida pela preservação da memória coletiva.

Quando comparada as anteriores a Constituição Federal de 1988 evoluiu no que diz respeito à importância da preservação do patrimônio cultural, sobretudo, no que tocante às punições aos danos e ameaças ao patrimônio cultural.

De modo simplista, o conjunto do Patrimônio Cultural Material é dividido em bens culturais móveis e imóveis: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos são considerados bens móveis enquanto que núcleos urbanos,

sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais são considerados bens imóveis.

Já o Patrimônio Cultural Imaterial está caracterizado por sua dimensão intangível e dinâmica. Constituem exemplos de patrimônio imaterial: rituais e festas, celebrações religiosas, manifestações literárias, musicais, plásticas, modos de vida, saberes e fazeres, etc.

Atualmente estão sob sua proteção cerca de 12.517 sítios arqueológicos cadastrados, 250 mil volumes bibliográficos e vasta documentação arquivística, 20 mil edifícios tombados, 83 sítios e conjuntos urbanos, etc.

## 5.1 AMPLIAÇÃO CONCEITUAL

O conceito de patrimônio cultural tem-se modificado ao longo dos últimos anos. Hoje, o termo patrimônio possui os mais diversos significados. Uma casa, um carro, o núcleo inicial de uma cidade, uma área de esplêndida beleza cênica, uma antiga tradição, enfim, tudo pode ser considerado patrimônio. O que eles têm em comum é o fato de que para serem vistos como tal os indivíduos precisam ter-lhes atribuído uma relevante significação, um valor simbólico capaz de refletir sua própria identidade.

Essa ampliação conceitual possibilita ao patrimônio, para além de seu reconhecimento, tornar-se fundamento determinante no estabelecimento de bens como representativos de uma sociedade. A abrangência da abordagem do patrimônio cultural está relacionada com a própria definição antropológica da cultura como tudo que caracteriza uma população humana ou como conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de cada formação social.

Durante muito tempo os projetos de preservação, de um modo geral, relacionaram a idéia de patrimônio exclusivamente a cidades como Ouro Preto, Diamantina, Olinda e Recife. Contudo, algumas mudanças começaram a ocorrer a partir da década de 1980, quando as próprias instituições de preservação passam a entender que há “outros patrimônios”. A partir de então se passa a desenvolver uma política patrimonial voltada para a preservação de diferentes bens.

Na visão contemporânea do patrimônio, a questão dos conjuntos urbanos surge como uma forte presença norteadora. Entretanto, não se coloca mais o

edifício isolado como o mais importante, mas privilegiam-se as relações de entorno e as paisagens urbanas coesas que referenciam o tempo histórico e ambientam as cidades, contribuindo para a identidade de seu povo.

Portanto, potencialmente todos os produtos e espaços podem se tornar patrimônio. Mas, selecionam-se áreas e prédios que devem ser tratados de maneira especial, que devem ganhar novo significado.

## 5.2 O CASO DE SÃO LUÍS

No que se refere à proteção do patrimônio cultural, pode-se afirmar que é no âmbito municipal, por sua própria condição, com formas democráticas do modelo participativo direto mais evidentes, que se tem a capacidade de concretizar, com maior eficiência, o que está ordenado no artigo 216, parágrafo 1o. da Constituição Federal, que atribui ao poder público, com a colaboração da comunidade, a proteção do patrimônio cultural.

O significado da proteção do patrimônio cultural pelo poder local é marcado ainda, pela possibilidade maior, por parte do Município, de preservar a identidade cultural do povo e alcançar seu sentimento de identidade.

No caso de São Luís uma vasta área foi oficialmente estabelecida como símbolo do patrimônio. O seu centro histórico é o nono monumento histórico-cultural do país incluído na Lista do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO. Entretanto, cabe questionar se de fato a memória individual de cada ludovicense reconhece estes espaços. Será esse patrimônio aceito indistintamente pelos diferentes grupos sociais?

A cidade que cresceu obedecendo ao plano urbanístico do Engenheiro-Mor Francisco Frias de Mesquita constitui-se hoje no mais extenso conjunto urbano e arquitetônico de arquitetura civil de toda a América Latina.

A inquietação com a importância da preservação do acervo arquitetônico de São Luís remonta à década de 1940, período de reformas urbanísticas. Entretanto, somente a partir da década de 1970, a construção e manutenção de uma identidade maranhense e o ideal desenvolvimentista, considerando, sobretudo as vantagens da atividade turística, passa a ser o alvo de políticas públicas. Muito embora a cidade já possuísse o título de Patrimônio Nacional desde 1974, a aplicação de fato de um

programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís só se efetivou no fim da década de 1970 e início da de 1980.

A Proposta do Governo do Estado do Maranhão para a inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco a inscrição da cidade como bem cultural é justificada pelos itens abaixo:

- Testemunho excepcional de tradição cultural;
- Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana, que ilustra um momento significativo da história da humanidade.
- Exemplo importante de um assentamento humano tradicional, que é também representativo de uma cultura e de uma época.

Em 1997 é homologada a petição que o Governo do Estado havia dado entrada no ano anterior, junto a UNESCO, requerendo o *status* de Patrimônio Cultural da Humanidade para São Luís. Essa proposta de inclusão da cidade na lista da UNESCO, elaborada por um conjunto de técnicos nacionais e internacionais, foi encaminhada ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMS) e apresentada na 21ª Reunião do Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial.

As principais questões que impulsionaram este estudo são: A quem cabe decidir o que faz parte do patrimônio de uma cidade, estado ou país? Como determinar o que deve ser preservado e – em consequência – o que será esquecido?

Pelo fato de se considerar que a população em geral tenha sido alijada do processo de constituição do Centro Histórico de São Luís em “Patrimônio da Humanidade”, não tendo sido convidada a debater as políticas empreendidas pelo Poder Público, surgem ainda, questionamentos outros, tais como: Quais os lugares de memória dos velhos de São Luís? De que tipos de referenciais estas pessoas se utilizam para estabelecer seus lugares de memória?

## **6. OS SUJEITOS DE MEMÓRIA: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

Utilizou-se neste trabalho as memórias dos velhos de São Luís por considerar que elas estão assentadas sobre aspectos da sociedade que se encontram bem consolidados, sobretudo quando se trata de um passado mais distante, longínquo.

A metodologia de trabalho empregada foi a da História Oral, onde a memória é a fonte principal, elegendo a fala e as lembranças dos velhos de São Luís como norteadores das discussões, através de sua problematização. A história oral

utilizada como metodologia aproxima o pesquisador da realidade do objeto de estudo em questão, e possibilita ao velho ser ouvido, ela abre espaço na história para aqueles não tinham antes a propriedade sobre sua própria história. Suas lembranças os tornam sujeitos novamente.

A fim de orientar o diálogo entre a pesquisadora e os entrevistados foi elaborada uma entrevista/roteiro que teve por objetivo instigar cada sujeito a narrar suas memórias. O uso do roteiro nas entrevistas não impediu que em muitos momentos os diálogos tomassem rumos próprios. Ao todo onze entrevistas foram realizadas entre os meses de Novembro de 2007 e Janeiro de 2008. As entrevistas foram individuais e duraram em média de 10 a 28 minutos e foram realizadas em horários e locais propostos pelos entrevistados, sempre permitindo que estes verbalizassem o tempo que fosse necessário. A idade dos depoentes variou entre 60 e 76 anos, sendo sete mulheres e quatro homens.

O roteiro de entrevista utilizado contemplou em sua primeira parte questões básicas como nome, data e local de nascimento, se sempre morou em São Luís, caso não, há quantos anos mora na cidade, tempo em que reside no endereço atual, dentre outros. Em sua segunda parte o entrevistado era convidado a narrar suas memórias da infância e adolescência. Por fim, na terceira etapa surgiram as questões norteadoras do estudo, relativas ao lugar de memória e a São Luís, enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade.

Antes da realização de qualquer uma das entrevistas, os colaboradores eram informados sobre os objetivos e procedimentos do trabalho, mediante leitura feita em voz alta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>5</sup>, documento que em seguida era assinado, expressando sua conformidade com a entrevista e com o uso dela.

As entrevistas com os sujeitos desta pesquisa permitiram diálogos ricos em narrativas. Os informantes variaram desde os muito falantes, que precisavam de poucas perguntas apenas para dar rumo ou, vez por outra, uma pergunta muito específica para esclarecer algum ponto que estivesse obscuro, até os relativamente lacônicos, reticentes que, somente mediante estímulo revelaram suas lembranças. Considerando esse próprio efeito de personalidade de cada um dos colaboradores, as entrevistas seguiram estilos diferentes, tendo algumas se desenvolvido sob a forma de conversa amigável e informal e outras, adquirindo um caráter mais formal,

---

<sup>5</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se em anexo.

seguindo um modo mais controlado de perguntar. As entrevistas duraram em média catorze minutos (14 min).

O texto das narrativas é composto de uma série de símbolos que tornam a discursividade cada vez mais envolvente à medida que as entrevistas se desenvolvem. O potencial e a riqueza contidos nas gravações deste material tornaram-se, certamente, uma fonte inesgotável de dados. O exame das falas contidas tornou possível a análise e construção dos dados que estão sendo aqui apresentados.

Para a tarefa de interpretação das narrativas foram utilizadas, sobretudo, as obras *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* de Ecléa Bosi e *A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana*, do Professor da Universidade Estadual do Ceará - UECE, Gisafran Nazareno Mota Jucá.

Os símbolos utilizados nas transcrições e que se encontram nos recortes dos diálogos são os seguintes:

- a. ... (reticência) para hesitação e interrupções no discurso;
- b. (( )) (duplo parêntese) para comentários da pesquisadora. Exemplo: ((risos));
- c. (e.i.) para enunciado ininteligível;
- d. (...) (reticência entre parêntese) para trechos excluídos dos enunciados por não fazerem sentido no dado apresentado;
- e. Palavra entre parêntese (exemplo) para palavras ou trechos em dúvida;
- f. **ÉLLYDA** para designar a pesquisadora;

O início do processo de entrevistas foi dado a partir da entrevista-piloto com a Senhora Ivanilde Santos da Silva. Nessa entrevista logo se pôde perceber que alguns ajustes deveriam ser feitos nesta fase, tais como: reformulação e exclusão de determinadas questões; inclusão de outras; a necessidade de uma preparação particularmente cuidadosa de todas as etapas da entrevista, desde a explicação sobre os objetivos do trabalho até o agradecimento pela participação do entrevistado.

Na entrevista de **D. Ivanilde** foi possível perceber uma visão bastante crítica acerca da relação entre o processo de modernização da cidade e o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. A narrativa não revelou apenas a sua percepção em relação ao seu entorno, mas uma visão da periferia em relação ao centro:

(...) ainda existe os casarões, não como era antigamente (...) tinha os armazéns que vendia a grosso, vendia ferramenta, vendia tudo, ali mesmo na Rua Portugal, ali mesmo tinha uns armazéns grandes, onde é hoje o

Patrimônio (...) mas para o que eu já presenciei... tudo que existia não existe mais (...) tudo foi terminando (...)

Quando questionada sobre a importância do título para a cidade ela pondera:

(...) foi bom, foi bonito para nós que temos essas lembranças (...) São Luís se desenvolveu (...) é importante porque aí não tem mais devastação disso que já foi conservado, é importante porque aí eles não vão mais demolindo, acabando com o que existia (...)

Outros depoentes também referenciaram o fato do processo de desenvolvimento urbano atrair algumas variáveis que vão interferindo na paisagem histórica da cidade. Como comenta **D. Regina**:

(...) depois que teve a nova São Luís, que é o outro lado da ponte, aí a Praça Deodoro morreu, mas antigamente ali era o lugar mais movimentado que tinha aqui. Ia as brincadeiras tudinho e hoje não existe mais, Sete de Setembro, Carnaval (...) agora tudo mudou (...)

Ainda como constatação após a primeira entrevista surgiu um ponto um tanto polêmico, que até mesmo já era esperado relativo uso do termo velho que vem normalmente associado a um conjunto de significados negativos dessa fase da vida. Como discutido no Capítulo 2 a sociedade, de maneira geral, vincula à velhice e, logo, aos velhos e velhas, à ausência de sinais positivos ou à sua perda, como a perda da saúde, da capacidade de produzir, do vigor sexual, da beleza e da força física e mental. Assim, passou-se a refletir ainda mais em torno da utilização dos termos velhice e velhos, sob pena de, pelos motivos acima explicitados, causar constrangimento aos entrevistados.

Depois de finalizada a etapa de gravação das entrevistas, passou-se para sua transcrição literal das falas da entrevistadora e dos entrevistados, assim como foi feito o registro de manifestações outras que não foram expressas em palavra, mas que significaram sentimentos ou situações importantes para o processo de análise.

A partir da análise das narrativas, o texto passa a ser trabalhado de uma forma diversa. Não se busca mais o que o texto diz exatamente, como tradicionalmente o é feito e sim como ele funciona, com sua série de símbolos, que permitem refletir sobre as informações que se encontram nas “entrelinhas”, o que

está subentendido, o porquê delas. Para além da história contida na própria discursividade a ser trabalhada, esta é permeada ainda, da linguagem gestual de cada informante. E a função da análise é justamente correlacionar o exato objeto de estudo com outros enunciados, perceber as intervenções, compreender seu funcionamento, questionar interpretações.

As lembranças trouxeram à tona não apenas espaços, mas também tempos e pessoas de grande significação pessoal, permitindo conhecer aspectos ligados à dinâmica histórica e social em que cada interlocutor esteve inserido. Os significados do viver emergem dos depoimentos, a partir do momento que o entrevistado seleciona suas lembranças, escolhe o que deve falar ou omitir. A lembrança é algo extremamente subjetivo, selecionado, dependendo da escolha do depoente para ser dito ou silenciado.

Com bastante frequência muitas recordações foram ditas apenas depois dos aparelhos gravadores já desligados, depois do momento de entrevista em si, na hora da despedida. Entretanto vê-se como extremamente importante o uso do gravador, pois este não só permitiu que a história fosse registrada em “palavras faladas”, mas também permite que o trabalho seja apresentado por meio delas.

Outras fontes foram utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa além de entrevistas, foram jornais, quadros com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mapas urbanos e fotografias.

Dialogando com estas fontes, combinando-as, cruzando informações nelas existentes, vieram à tona elementos que permitiram pensar a cidade sob uma perspectiva diferente da história oficial. O trabalho aponta a cidade se construindo na visão do cidadão comum, adquirindo sentido a partir da reflexão e da compreensão de suas memórias, de suas experiências acumuladas. Analisou-se a cidade contida e composta como lembranças de relações experimentadas pelos indivíduos.

De início todos precisaram de maiores explicações para compreender o intuito das questões, pois, em geral, os indivíduos não se detêm em pensar sobre suas memórias. O “produzir” lembranças é um ato totalmente natural, já falar sobre elas exigiu exercitar a reflexão, e ainda, no momento em que as próprias memórias estavam em uso. Ao longo das interações, os enunciados tornaram possível a obtenção de conhecimentos sobre as experiências, sentimentos, valores e crenças destes sujeitos.

As fugas contínuas do assunto constituíram-se em mais um ponto adverso durante as entrevistas, porém decidiu-se por não fazer intervenções abruptas nas falas dos depoentes por entender que essas fugas fazem parte de suas lembranças. Assim cada entrevistado foi deixando em aberto certas lacunas e enfatizando eventos outros de acordo com o que lhes era mais conveniente. Sobre as lacunas ou esquecimentos, Bosi observa que “a veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza, seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial”. (BOSI, 1994, pág. 37)

Da mesma forma como ficou definido na entrevista através do roteiro, que não se iria direto à questão central deste trabalho, mas antes, seriam dados estímulos para que cada depoente fosse percorrendo (na narrativa) as variadas fases de sua vida, a fim de se ter um material mais completo, e mesmo complexo, para ser analisado, assim o será aqui exposta a análise dos dados. Portanto, convém refletir sobre a divisão (social e individual) do tempo para os entrevistados. O primeiro dia na escola, a perda de entes queridos, a chegada de novos membros familiares, o começo da vida profissional, o matrimônio dividem a história de cada pessoa em períodos.

Várias semelhanças entre a infância e a educação dos entrevistados foram constatadas. Todos disseram ter recebido uma criação rigorosa no que diz respeito às responsabilidades e deveres atribuídos a eles pelos pais e pela sociedade em geral. Sobre este aspecto **D. Mary** atesta: “... a minha infância na escola foi uma infância como de toda criança. Eu saía de casa só para o colégio estudar, aí depois ia pra casa. Não tinha outra coisa a não ser estudar e ficar em casa...”.

**D. Florimar**, a depoente com maior escolaridade, estudou até o 4º período do Curso Superior em Serviço Social, revela confidencia:

“... era uma outra<sup>6</sup> fase da minha vida que eu considerava muito boa. Quando chegava na minha escola eu me encontrava assim com muito prazer ali naquele convívio com minhas amigas (...) eu me sentia realmente feliz no âmbito escolar...”.

---

<sup>6</sup> D. Florimar refere-se à vida familiar em oposição à vida escolar. A depoente relatou que não tivera uma vida em família muito tranqüila, por ter perdido a mãe aos quatro anos e ter sido criada com o pai e uma madrasta, considerada muito “nervosa, alterada”, fazendo-lhe sentir-se muito maltratada e humilhada.

Em geral todos os ensinamentos eram impostos e não questionáveis. Em casa, contribuía com os afazeres domésticos, em maior parte destinados às meninas que deviam ajudar suas mães, aprendiam o ofício do pai ou ao menos o ajudavam (neste caso mais os meninos eram encarregados de tais tarefas). **Sr. Simão**, popularmente conhecido como “Baé”, um dos entrevistados mais eloqüente fala o seguinte: “(...) a minha rigidez ... do jeito que eu fui criado eu passei pra meus filhos (...)”

O que as recordações apresentariam em comum, ou em paralelo, já era esperado, mas o que chama a atenção são as diferenças de observações sobre o mesmo fato. Isso significa que é necessário analisar como as diferenças de gêneros, dentre diversos aspectos, vêm determinar os lugares de memória dos indivíduos, uma vez que, homens e mulheres no decurso de suas vidas transitam por espaços diferenciados.

Com o olhar perdido sob o documento de identidade que possuía em mãos **D. Berenice** afirma categórica: “(...) aí depois que eu me casei eu fiquei liberta ((risos))... já fui à Fortaleza, já fui em Belém... uma porção de lugar. Aí eu me libertei! (( frase dita com bastante ênfase)) Eu e meu marido a gente saía muito. Curti muito a vida(...)”. Como se vê o casamento representava um marco decisivo na vida dos indivíduos. A partir deste evento o cônjuge passa a representar o alvo central da ação do outro, principalmente no universo feminino, sempre voltado a servir e a cumprir as normas impostas pelos padrões sociais. “(...) a pessoa quando é solteira, a pessoa quase não ajunta nada, a pessoa não pensa em fazer um futuro, uma coisa, em guardar uma coisa. E depois de casado não, a pessoa só pode pensar em trabalhar pra ver se ela mantém a família (...)” comenta **Sr. Manoel**.

É importante levar em conta as especificidades que circundavam o cotidiano masculino e feminino, especialmente em épocas passadas, ressaltando-se a rígida estrutura social. Em verdade, a diferenciação de espaços sociais para homens e mulheres se evidencia quando se divisa um maior envolvimento dos homens com ambientes para além dos limites da vida doméstica que lhes permitiam uma maior participação na vida social. Pode-se comprovar esta relação entre gênero e múltiplos espaços da cidade versus matrimônio com o que atesta o **Sr. Simão**:

(...) quando chegava pelo carnaval eu caía no frevo, chegava duas horas da manhã (...) aí eu disse: quer vim morar comigo? Vumbora! (...) eu me casei com vinte dois anos e a mulher tinha vinte anos. Resultado; a minha juventude foi pouca, porque eu me casei e tive que corresponder àquilo que

eu assumi, a responsabilidade. Eu e essa aí, a Bi<sup>7</sup>, nós temos cinqüenta anos de casados (...)

Ainda sobre o casamento **D. Maria de Jesus** revela: “(...) com dezoito anos eu me casei (...) Hoje estou com cinqüenta e seis anos de casada e nunca a gente teve um dia para se deixar (...)”.

No tocante a constituição da memória familiar deve-se reconhecer a importância dos contatos com outros grupos. Essas redes de sociabilidade apareceram freqüentemente na fala dos sujeitos, em diversos momentos, sendo constantes as referências feitas às relações de vizinhança. A entrevistada supra-aludida faz a seguinte correlação:

(...) o lugar especial (...) era ali no Sacavém (...) o pessoal são todos amigos, nunca deixei nenhum inimigo (...) muito bom, gostei muito do Sacavém. Agora foi depois que elas se ajeitaram, cresceram aí compraram aqui, pois eu gostei muito daqui. Porque a gente diz assim: o pessoal do Filipinho só querem ser, mas olha nós chegamos aqui... são maravilhosos. Este vizinho aqui tem hora que a gente fica até envergonhada assim, porque ele é uma criatura assim, que quando ele dá as coisas é assim à vontade (...) eu gostei porque ficou pertinho do Sacavém (...) eu considero assim o Sacavém um local de memória porque (...) foi lá que aconteceu tudo. Eu gostei muito do Sacavém (...)

Procurando fundamentos na historiografia para entender o fenômeno da relação entre o lugar de morada e o lugar de memória chega-se ao campo da história da vida privada. Para Georges Duby a vida privada é o espaço doméstico, familiar que não é regido pelas leis e sim pelos costumes. Seus membros fazem parte da vida pública, mas no mundo privado são ligados pelo afeto, amizade e tradição. Então o espaço da casa seria um fragmento da história social de um tempo.

Nessa mesma perspectiva, outra entrevistada, a **Sra. Laurimar** revisita suas lembranças, e também indica o bairro do Sacavém como lugar de memória, “... *eu tô aí há quarenta anos...*”.

Numa pesquisa feita sobre o povoamento do interior do estado de São Paulo e vizinhança, o sociólogo Antônio Candido Sousa articula uma definição interessante que relaciona o recorte físico, que comumente é chamado de bairro aos laços afetivos:

---

<sup>7</sup> Referência feita a Sra. Maria Bárbara Vieira dos Santos, sua esposa.

Além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o 'sentimento de localidade' existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas. (SOUSA, 1987, p. 3)

De maneira geral, a permanência do indivíduo na cidade é abalizada por um tempo de atribuir significados a trajetórias, a lugares freqüentados. E este estabelecimento dos significantes identificadores do presente depende, certamente, da capacidade de raciocínio dos indivíduos, mas antes pressupõe um intenso fundo de memória.

**D. Ivanilde** e **D. Florimar** escolheram o município de São José de Ribamar como seu lugar de memória.

Como a cidade é a sede de um dos quatro municípios que integram a Ilha de São Luís, considerou-se a opção das entrevistadas válida para os fins do trabalho. É necessário, ainda deixar claro que a escolha de ambas foi feita tendo a exata noção de que não estavam fazendo referência a um espaço pertencente à cidade de São Luís.

(...) olha aqui dentro de São Luis, dentro mesmo da cidade, da capital eu não tenho um local assim específico, que eu possa citar como sendo assim... um local de maravilhosas lembranças para mim (...) seria São José de Ribamar que para mim é um local de apreço, de boas lembranças, um local onde eu me identifico muito e me sinto muito feliz quando eu freqüento ali (...) <sup>8</sup>.

Já a **D. Ivanilde** quando questionada sobre qual seu lugar de memória responde ressaltando a vocação religiosa do município:

(...) era São José de Ribamar, que a minha avó gostava muito do festejo, e a gente deslocava da Aurora de pés, sexta-feira à noite e chegava lá de madrugada e passava os três dias e voltava segunda-feira, e na volta, a gente voltava de caminhão, porque não existia ônibus (...)

As festas religiosas, enquanto elemento cultural, têm sido vistas como um fecundo campo de investigação histórica, ao revelar crenças e vivências demarcadas por um tempo e uma identidade coletiva. Nesse sentido, as festas no campo religioso configuravam-se como um espaço de sociabilidade para a maior parte da população, uma vez que se realizava fora do âmbito domiciliar, significando grandes momentos de interação social.

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada com a Sra. Florimar Ramos Almeida.

Face aos poucos recursos de uma parcela considerável da população e somado a isto, a precariedade dos transportes (“(...) nesse tempo não tinha nem ônibus (...)”)<sup>9</sup>, as festas eram, possivelmente, uma das poucas oportunidades de descanso, prazeres e alegria, confraternização e divertimento dos menos abastados.

Em alusão ao desejo de ter momentos de descanso, o **Sr. Simão** elege o bairro da Maioba como lugar de memória. Através da análise de sua entrevista pode-se inferir que a sua escolha deve-se ao fato de o trabalho e a responsabilidade ter estado presente em sua vida desde muito cedo. Com relação a isto, ele reflete:

(...) a minha juventude (...) era de manhã pra oficina, de tarde pro colégio, de noite pro colégio, era uma lei muito rigorosa... e com isso eu me dei muito bem... graças a Deus... porque eu não fugi da trilha (...) meu estudo não foi grande, mas todas as oportunidades que me deram eu aproveitei (...) fui profissional<sup>10</sup>, fui vigia, fui administrador, fui encarregado de turma e fui administrador da sede do Maranhão<sup>11</sup> (...)

Ter começado a trabalhar ainda muito novo não foi um acontecimento citado apenas por este entrevistado, entretanto, foi em sua fala que se notou as maiores referências ao evento.

O mais novo depoente dentre os entrevistados, **Sr. Francisco** também fala sobre sua vida profissional:

(...) comecei a trabalhar novo, com doze anos na roça, na pesca (...) estudei um pouco, não tive aquele valor nos estudos porque não me interessei, e daí eu saí pra aprender a profissão de mecânico (...) cheguei a ser mecânico (...) cheguei a conseguir emprego na Universidade Federal do Maranhão (...) fui ex-chefe da garagem. E chegou até o ponto de eu chegar a me aposentar. Sou aposentado pela UFMA (...)

No tocante ao mundo do trabalho pode-se perceber que a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória dos velhos, sobretudo dos homens. A dimensão dessas memórias revela sua profundidade, principalmente se o espaço social reservado a eles nas sociedades contemporâneas é levado em consideração, como observa Ecléa Bosi:

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada com a Sra. Ivanilde Santos da Silva.

<sup>10</sup> Refere-se a ter sido jogador profissional do Moto Club de São Luís.

<sup>11</sup> Maranhão Atlético Clube - MAC

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser propulsor da vida presente do seu grupo; neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (BOSI, 1994, p. 63)

**Sr. Francisco**, entretanto, de forma bem diferente do último entrevistado citado, optou pela Praia Grande.

(...) o local que eu mais achei de memória aqui é ali na Praia Grande... ali a gente chega fica assim... olha os barco, olha o mar, fica mais à vontade, é justamente essa parte histórica que a gente fica olha o quadro da Marinha, o Palácio dos Leões, então, ali foi que mais um pouco me agradou (...)

A estagnação econômica que atingiu o Estado do Maranhão no século XX foi a maior responsável pela conservação do patrimônio da cidade de São Luís. Com a economia quase que paralisada, não havia recursos para a renovação urbana que descaracterizou a maior parte dos centros históricos brasileiros. Assim, a cidade consegue conservar as características “originais” de seu Centro Histórico, acumuladas ao longo de três séculos de história.

O Centro Histórico do Município de São Luís situa-se na faixa costeira noroeste, na confluência das rias denominadas Rio Anil e Rio Bacanga. A área de abrangência desse centro compreende o núcleo primitivo da cidade, no platô fronteiriço à foz dos rios mencionados, datados do primeiro quartel no século XVII, bem como os espaços adjacentes da expansão urbana ocorrida no século XVII, XIX e início do século XX. Esse Centro, atualmente, é circundado por uma via arterial primária de cerca de 8km de extensão denominado Anel viário de São Luís, o qual se insere num quadrilátero de aproximadamente 2km por 2km. (SOUSA, 1996, p. 12)

Três outras entrevistadas escolheram áreas específicas pertencentes ao Centro Histórico da cidade. Foram elas: a Praça Deodoro, opção das **Sras. Berenice e Regina** e Praça Gonçalves Dias, indicada pela **D. Mary**.

Em uma definição bastante ampla, praça é um espaço público livre de edificações, que propicia convivência e/ou recreação para seus usuários.

(...) a Gonçalves Dias era a que eu mais frequentava porque eu morava perto de lá (...) quando eu frequentava era muito melhor que agora (...) naquele coreto (...) nos meus tempos de quando eu morava lá perto, de

quando eu estudava lá perto sempre tinha banda de música... a gente brincava lá (...) sentava, conversava, brincava (...)<sup>12</sup>

Comumente a idéia do que seja a “praça” e seu uso varia de cultura para cultura. Esses espaços públicos similares às praças européias que nasceram no medievo, normalmente se formadas a partir dos pátios das igrejas e mercados públicos, são comumente chamados de largos. Como é o caso da Praça Gonçalves Dias que tem como nome primitivo, Largo dos Amores, pois a extensa escadaria que existente no local já foi um dos locais mais freqüentados por casais de namorados.

**D. Berenice** chama a atenção para algo que já vem sendo estudado por diversas ciências, que é a relação entre lugar-espaço público e a probabilidade de ocorrência de situações de risco: “(...) antigamente eu achava melhor porque tinha mais paz, tinha outras pessoas, não era assim como tá... agitado agora... a gente saía tranqüilo (...).

Como se pode ver os significados do viver emergem dos próprios depoimentos, a partir do momento que o entrevistado seleciona suas lembranças, escolhe o que vai falar. Buscou-se, aqui, elucidar as possíveis significações dessas lembranças. O comprometimento e respeito com os entrevistados exigiram uma postura interpretativa das fontes, procurando não julgar as falas, mas antes destacar cada sujeito, cada velho que colaborou com suas lembranças como cidadão experiente, capaz de revelar aspectos que nem sempre são explicitados pela história oficial.

## 6.1 – FONTES (ENTREVISTADOS)

### 1. Sra. Ivanilde Santos da Silva

- Data de Nascimento: 10/ 03 /1935
- Naturalidade: Humberto de Campos - MA
- Morador de São Luís há: *“desde a minha meninice de dois anos”*
- Bairros onde já morou: Aurora, Pão de Açúcar e Santa Cruz
- Endereço atual: Rua São José, n.º38 - Sacavém

---

<sup>12</sup> Entrevista feita com a Sra. Mary da Graça Estrela de Oliveira.

## **2. Sra. Florimar Ramos Almeida**

- Data de Nascimento: 18/ 07 /1942
- Naturalidade: Recife - PE
- Morador de São Luís há: *“eu vim pra cá com a idade de dois anos”*
- Bairros onde já morou: João Paulo, Apeadouro e Filipinho
- Endereço atual: Rua Santa Amélia, n.º7 - Sacavém

## **3. Sra. Mary da Graça Estrela de Oliveira**

- Data de Nascimento: 30/ 03/ 1936
- Naturalidade: São Luís - MA
- Morador de São Luís há: *“nascida e criada em São Luís”*
- Bairros onde já morou: Vila Passos e Santo Antônio
- Endereço atual: Rua São Luís, n.º4B - Sacavém

## **4. Sra. Berenice Ribeiro Barroso**

- Data de Nascimento: 11/ 03/ 1931
- Naturalidade: Humberto de Campos - MA
- Morador de São Luís há: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
- Bairros onde já morou: Centro
- Endereço atual: Rua São Luís, n.º08 – Sacavém

## **5. Sr. Francisco Pereira Silva**

- Data de Nascimento: 07/ 09/ 1947
- Naturalidade: São Luís - MA
- Morador de São Luís há: *“nasci em São Luís, fui criado dentro de São Luís mesmo”*.
- Bairros onde já morou: Retiro Natal, Santa Cruz
- Endereço atual: Rua Santa Rita, quadra 17, n.º 48 – Santa Clara.

## **6. Sra. Laurimar Peixoto**

- Data de Nascimento: 01/ 04/ 1937
- Naturalidade: Bacabal - MA
- Morador de São Luís há: *“mais de quarenta anos”*

- Bairros onde já morou: Barreto
- Endereço atual: Alto São José, n.º20 - Sacavém

#### **7. Sra. Maria de Jesus**

- Data de Nascimento: 22/ 01/ 1934
- Naturalidade: Penalva - MA
- Morador de São Luís há: *“trinta e seis anos”*
- Bairros onde já morou: Sacavém
- Endereço atual: Rua Antônio Lopes, n.º20 - Filipinho.

#### **8. Sra. Regina Lindoso Alves**

- Data de Nascimento: 21/ 05/ 1932
- Naturalidade: Itapecuru Mirim - Ma
- Morador de São Luís há: *“desde sessenta e oito”*
- Bairros onde já morou: Redenção
- Endereço atual: Rua José Mendes, n.º09 – Túnel do Sacavém

#### **9. Sr. Manoel Zacaria Lopes**

- Data de Nascimento: 11/ 11/ 1935
- Naturalidade: Cantanhêde - Ma
- Morador de São Luís há: *“eu cheguei aqui em mil novecentos e setenta e um”*
- Bairros onde já morou: apenas Vila Palmeira
- Endereço atual: Rua Gonçalves Dias, n.º53 – Vila Palmeira

#### **10. Sr. Simão Vieira dos Santos**

- Data de Nascimento: 28/ 10/ 1931
- Naturalidade: São Luís - MA
- Morador de São Luís há: *“eu nasci aqui na Rua da Saavedra, perto da Fonte do Ribeirão”.*
- Bairros onde já morou: Floresta (Liberdade) e Canto da Fabril
- Endereço atual: Rua Oswaldo Aranha (ou Rua da Felicidade), n.º 132 – Vila Palmeira

#### **11. Sr. Isaque Maia**

- Data de Nascimento: 14/ 12/ 1932
- Naturalidade: Turiaçu - MA
- Morador de São Luís há: *“oh! eu tô aqui de sessenta e dois”*
- Bairros onde já morou: Bairro de Fátima
- Endereço atual: Rua Eurico Ribeiro, n.º36 – Vila Palmeira

O item referente a quantidade de anos que o depoente reside em São Luís foi respondido com trechos de suas respectivas entrevistas.

## **CONCLUSÃO**

Ainda que se reconheça o valor dos documentos escritos, a escolha da oralidade como caminho metodológico teve um alcance compensador nesta pesquisa, ao fazer conhecer múltiplos aspectos, nem sempre considerados pela historiografia tradicional.

As entrevistas realizadas apresentam uma significação pessoal por proporcionarem a oportunidade de dar voz a seres humanos ricos em experiências individuais e coletivas, reveladoras de aspectos substanciais da vida social.

Apesar das resistências apresentadas pelos defensores de uma tradicional forma de pesquisa, sempre questionando a validade da História Oral, o desenvolvimento deste trabalho veio demonstrar o alcance deste método. A própria diversidade de temas que passaram a ser estudados, tendo como recurso investigativo o uso das fontes orais, serve de “justificativa” para a sua adoção.

O trabalho com a memória transformou-se num processo de descobertas mútuas, até mesmo pelo encontro intergeracional entre a pesquisadora e os entrevistados. Ao abrir caminho para o diálogo, ele permitiu a troca de experiências e a valorização dos velhos que colaboraram com o estudo.

O conhecimento adquirido através dos depoimentos tem por base diferentes pontos de vista, contudo, revela a aproximação das individualidades na construção de uma memória social.

A primeira dificuldade encontrada foi com relação à definição de população de velhos. O critério de idade cronológica não se mostrou apropriado, pois a categoria velho não pode ser definida apenas por esse critério, já que é uma categoria socialmente construída. Não obstante as restrições ao critério de idade, trabalhou-se com a coorte etária de 60 anos e mais, esperando que nos próximos trabalhos se possa avançar um pouco mais na conceituação de população idosa.

A experiência alcançada neste trabalho evidenciou como a velhice é um processo muito diferenciado, sendo uma etapa da vida angustiante e penosa para determinadas pessoas, e para outras, enriquecedora e plena de significações.

No decorrer do estudo observou-se que a noção dada ao termo patrimônio, faz dele um importante fator de coesão social, de orientação e identidade. Responsabilizando-o pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal e corporifica seus ideais e valores, transcendendo as gerações.

Pôde-se verificar que a apropriação da simbologia do patrimônio cultural não se deu apenas no nível do título de “Patrimônio da Humanidade” do Centro Histórico da cidade, mas também na tentativa de converter monumentos em “lugares de memória” com fins de perpetuar a memória e celebrar determinado grupo no poder local.

Sendo assim, chega-se a constatação de é necessário a existência de um patrimônio conhecido, de uma memória preservada para que se possa definir uma identidade coletiva, que deve diga respeito à totalidade da experiência social e não apenas a segmentos privilegiados.

Através da transformação urbana das áreas históricas, estratos de memória e identidade de um determinado grupo, e a sua (re)construção submetida à funcionalidade da economia e do turismo, o que se observa é que os espaços e as expressões culturais passam a ser planejados, subordinadas às políticas públicas, à iniciativa privada ou à parceria de ambas e não aos interesses dos diversos grupos sociais existentes nas localidades.

O respeito entre os diferentes grupos sociais será a força motriz que irá alimentar e permitir a heterogeneidade e a pluralidade cultural, tornando o Patrimônio Cultural um diferencial, inclusive, para a atividade turística.

## REFERÊNCIAS

ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**, 2004. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br>. Acesso em: 18 abr. 2007.

BACELAR, Rute. **Envelhecimento e Produtividade**: processos de subjetivação. 2 ed. rev. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA, 2002.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **A Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos.** 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n<sup>os</sup> 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n<sup>os</sup> 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e dá outras providências.** *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 03 out. 2003. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/relatorios/destaques/2003057rf.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fiocruz. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Envelhecimento da População Brasileira.** Apresentado no Seminário Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): do que estamos falando? por Ana Amélia Camarano, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.cict.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=209&sid=8>> Acesso em 05 ago. 2007.

CAMARANO, Ana Amélia Camarano. **Como Vai o Idoso Brasileiro?** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0681.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0681.pdf)>. Acesso em 10 mar. 2007.

CUTRIM, Kláutenys. **A Proteção do patrimônio cultural e as primeiras iniciativas da UNESCO no Maranhão.** Itinerários, São Luís, v. 2, n. 2, p. 51-58, jan. 2006.

\_\_\_\_\_. **Políticas de Preservação do Centro Histórico de São Luís.** 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

DUBY, Georges. **Poder público, poder privado**. In: História da vida privada, 2: da Europa Feudal a renascença/ sob a direção de Michelle Perrot, et.al. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

GARRIDO, Joan del Alcazar i. As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n 25/26, set 92/ago93.

GOLDSTEIN, Lucila L. **A produção científica brasileira na área da gerontologia**: (1975-1999). Revista On-line da Biblioteca Prof. Joel Martins. v. 1, n.1, out. 1999. Disponível em <<http://www.bibli.fae.unicamp.br/revgeron/lfg.htm>>. 11 jul. 2007.

IDOSOS são 10% da população mundial. Nova York, set. 2006. Seção Notícias. Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/view\\_news.php?id=4726](http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=4726). Acesso em 30 out. 2007.

LACARRIEU, Mónica. **Os Dilemas Sociais do Patrimônio e as Identidades**: usos, “inflação” ou “hiperinflação” da história? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, v.10. 1998, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: [s.n.], 1999. p. 135-151.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MEYHI. José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

**MEMÓRIA DE VELHOS**. Depoimentos: uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense. São Luís: LITHOGRAF, 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral, Caminhos e Descaminhos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13. nº 25/26, p.33-34, set.92/ago/93.

MOREIRA, Silma Rejane. **As Políticas de Preservação e Revitalização da Praia Grande**: uma abordagem sob a perspectiva oral (1971-2001). São Luís: UFMA, 2001.

MOTA, Antônia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. **São Luís do Maranhão no Século XVIII**: a construção do espaço urbano sob a Lei das Sesmarias. São Luís: Edições FUNC, 1998.

**NARRADORES de Javé**. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Intérpretes: José Dumont; Nelson Xavier; Rui Resende; Matheus Nachtergaele e outros. [S.L.]: Bananeira Filmes, s/d. 1 DVD (102 min), ntsc, color.

NOGUEIRA JÚNIOR, Francisco Domingos Bezerra. **Praia Grande**: tesouro cultural, Patrimônio da Humanidade. São Luís: UFMA, 2001.

O Idoso No Brasil. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Fundo das Nações Unidas para a População - FNUAP**. Disponível em: <[http://www1.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/idoso\\_no\\_mundo.html](http://www1.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/idoso_no_mundo.html)>. Acesso em: 19 mar. 2007

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

SOUSA, Ronald. **Proposição à UNESCO**: justificativa de inscrição do Centro Histórico de São Luís, 1996.

SOUSA, Antonio Candido Mello e. (1987) **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul./set. 1993.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



## **APENDICE A – MODELO DE ENTREVISTA/ ROTEIRO DE INTERAÇÃO**

Projeto de Pesquisa – *A construção do patrimônio através do lugar-memória dos velhos de São Luís: uma perspectiva oral.*

## **ENTREVISTA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CURSO DE TURISMO

1. Qual seu nome? Sua data e local de nascimento?
2. Há quantos anos o Sr (a) mora em São Luís?
3. Em quais bairros de São Luís já morou?
4. Qual seu endereço atual? E há quantos anos mora neste local?
5. Faça um breve comentário sobre sua infância e adolescência (Até 17 anos)
  - Brincadeiras
  - Escola / Amigos
  - Tempo Livre (fora da escola)
6. Quais as mais marcantes memórias de sua juventude (a partir dos 18 anos)
7. Como o Sr (a) passava seu tempo livre como jovem? O Sr (a) saía à noite? Aonde ia? Havia algum local especial em que rapazes e moças podiam encontrar-se? Qual?
8. O Sr (a) tinha algum emprego ou meio de ganhar dinheiro regularmente? Quais?
9. O Sr (a) costumava passear no tempo livre? Por quais locais você passeava?
10. Havia um clube dos que trabalhavam? ou alguma outra diversão para os empregados?
11. Nessa época quem eram as pessoas consideradas mais importantes? Por que elas eram consideradas importantes? O Sr (a) teve contato com elas?
12. A que classe social pertencia a sua família?
13. Qual o seu lugar-memória? Faça um comentário.
14. Compare esse local da época em que o Sr (a) viveu nele com os dias atuais. O Sr (a) ainda o frequenta?
15. O Sr (a) considera que esse local é reconhecido enquanto patrimônio de São Luís? Porque?
16. Que importância o Sr (a) vê no fato de São Luís ter recebido o título de Patrimônio Cultural da Humanidade?
17. O Sr (a) considera que sua memória seja de fato representada pela área

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,....., RG..... declaro estar ciente da minha participação no projeto de pesquisa de Élyda Kleytlan da Silva Nascimento, desenvolvido no curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão, intitulado “A construção do patrimônio através do lugar de memória dos velhos de São Luís: uma perspectiva oral” .

O presente trabalho tem por objetivo comparar o lugar de memória dos velhos de São Luís com os espaços oficialmente estabelecidos como representativos do patrimônio da cidade. Também se deseja observar como a ritualização da memória busca um espaço físico como suporte para sua própria formação.

Espera-se obter os seguintes benefícios decorrentes desta pesquisa: a) contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica maranhense ao intentar realizar estudo pioneiro acerca do lugar de memória dos velhos de São Luís; b) favorecer o registro de memória de indivíduos que durante muito tempo estiveram marginalizados pela historiografia tradicional.

No desenvolvimento deste projeto estão estruturadas as seguintes atividades:

1. Apresentação do projeto;
2. Encontros/Entrevistas individuais para coleta dos dados;
3. Análise dos dados;
4. Apresentação dos resultados.

Os trabalhos são supervisionados pela Professora Doutoranda Klaytennys Barros, e é-me dada a liberdade de me recusar a continuar ou de retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, como também buscar junto a pesquisadora esclarecimentos de qualquer natureza relativos ao trabalho.

A pesquisadora responsável garante o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, se assim o for exigido.

Por fim, declaro ter ciência de que as atividades serão sempre gravadas e/ou filmadas, podendo ser utilizadas para fins científicos, aqui incluídas publicações e participações em congressos, nos limites da ética e do proceder científico íntegro e idôneo.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

São Luís, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **ANEXO A – FOTOMONTAGEM DAS ENTREVISTAS**







